



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2017

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

DATA: 28/11/2017

HORÁRIO: 14:00 HORAS

LOCAL: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de cadeiras empilháveis, cadeiras de reunião, poltronas de diálogo e banquetas para copa.

EDITAL

- 1 - DO OBJETO
- 2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
- 3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
- 4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
- 5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
- 6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
- 7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
- 8 - DA HABILITAÇÃO
- 9 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- 10 - DOS RECURSOS
- 11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
- 12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 13 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 14 - DA VIGÊNCIA
- 15 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO
- 16 - DO PEDIDO
- 17 - DO CONTRATO
- 18 - DA ENTREGA
- 19 - DA FISCALIZAÇÃO
- 20 - DO PAGAMENTO
- 21 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- 23 - DO FORO

ANEXOS:

- A - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
- B - MINUTA DA ATA
- C - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
- D - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 7 DO CNJ, DE 18/10/2005

ESCLARECIMENTOS: em até 3 dias úteis anteriores à abertura, pelo e-mail licita@trtsp.jus.br



O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço, pelo Sistema de REGISTRO DE PREÇOS, que será regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de julho de 2002, pelo Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto n.º 7.892 de 23 de janeiro de 2013, Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013 e condições estabelecidas no presente EDITAL e em seus Anexos, de acordo com o que consta do **Processo PROAD nº 14.838/2017 e Pregão Eletrônico nº082/2017.**

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente PREGÃO ELETRÔNICO é o **registro de preços para aquisição de cadeiras empilháveis, cadeiras de reunião, poltronas de diálogo e banquetas para copa**, conforme especificações contidas neste edital e em seus anexos.

1.2 - O licitante deverá informar no Sistema Comprasnet, **no ato de registro da proposta**, a **Referência** do produto ofertado (código ou informações utilizados pelo fabricante para individualizar o produto perante os demais), bem como a sua **Marca**.

1.3 - A critério da Coordenadoria de Material e Patrimônio, uma unidade para cada item, do material efetivamente entregue, poderá ser enviada para análise ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT ou a outras entidades, públicas ou privadas, que sejam acreditadas e tenham inquestionável reputação profissional. Caso os **Relatórios de Ensaios, Técnico ou Certificados de Calibração emitidos pelo IPT, ou por outras entidades**, estabeleçam **divergência** da descrição ofertada pelo licitante na proposta aceita, poderá haver as seguintes consequências:

1.3.1 - No prazo de 2 (dois) dias úteis, o licitante deverá substituir todo o material entregue por outro que esteja de acordo com a descrição determinada neste edital, sob pena de cancelamento da Nota de Empenho.

1.3.2 - Penalidades determinadas por este edital de acordo com a divergência estabelecida pelo Relatório do IPT, ou por outras entidades. Comprovado dolo e/ou má-fé, a sanção correspondente será aplicada no máximo previsto se não representar ofensa à razoabilidade/proporcionalidade; bem como comunicação ao Ministério Público Federal para sanções penais cabíveis;

1.3.3 - **O fornecedor arcará com todos os custos** oriundos das possíveis análises realizadas pelo IPT, ou, em sua falta, por outras entidades, inclusive o envio dos materiais, bem como com os materiais enviados e danificados em virtude do natural ensaio realizado pela entidade.

1.4 - O prazo de **garantia** mínima será de **5 (cinco) anos**, para todos os materiais, sob responsabilidade exclusiva do fornecedor, contados do recebimento definitivo, conforme Termo de Garantia do Fornecedor (Anexo A.I).

1.5 - **Materiais estrangeiros** poderão ser fornecidos quando possuírem representantes oficiais credenciados no Brasil e quando assegurada pelo fabricante a disponibilidade de peças de reposição, assistência técnica e garantia pelo período mínimo de 5 (cinco) anos em território nacional.



1.6 - Os licitantes estarão sujeitos às penalidades do Título 12 pelo descumprimento de exigências editalícias, inclusive na fase de aceitação das propostas.

1.7 - Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no site Compras Governamentais e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e de seus anexos, bem como as empresas que não possuem condenações cíveis por atos de improbidade administrativa e que não tenham sido consideradas inidôneas e suspensas, sendo verificado eventual descumprimento das vedações, em nome da sociedade empresarial licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, mediante consulta ao:

2.1.1 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.1.2 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

2.1.3 - Cadastro das Empresas Inidôneas e Inabilitadas, mantido pelo Tribunal de Contas da União - TCU, no endereço eletrônico portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas.

2.2 - A participação das empresas nesta licitação corresponderá, automaticamente, à indicação de que não existem fatos impeditivos para sua habilitação e à ciência da obrigatoriedade de declarar, a qualquer tempo, quaisquer ocorrências supervenientes que as inabilitem.

2.3 - Em atendimento ao inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, os itens 1 e 6 desta licitação são destinados EXCLUSIVAMENTE à participação de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. Os itens 3 e 5 decorrentes da divisão dos itens 2 e 4, respectivamente, referem-se à cota para participação exclusiva de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, em atendimento ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

2.3.1 - O Pregoeiro verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data em que a proposta for anexada no Comprasnet, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

2.3.2 - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço proposto nas duas cotas.

2.4 - Caso o faturamento ultrapasse o máximo permitido como condição para utilização das prerrogativas dispostas na Lei Complementar nº 123/06, conforme subitem 2.3.1, o licitante será desclassificado e estará sujeito às penalidades dispostas no Título Das Sanções Administrativas.



3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico – **Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET**, <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 0800-9782329 – **COMPRASNET**.

3.3 - O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.4 - Para cadastrar-se no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, o interessado deverá preencher os formulários previstos na Instrução Normativa IN MARE nº 05/95 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações, e entregá-los, juntamente aos documentos solicitados, em uma das Unidades Cadastradoras – UASG.

3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (§ 6º do art. 3º do Decreto n.º 5.450/2005).

3.6 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º do art. 3º do Decreto n.º 5.450/2005).

3.6.1 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 - Os licitantes credenciados deverão inserir suas propostas de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico - COMPRASNET, na tela reservada para este fim, denominada CADASTRAMENTO DE PROPOSTA, até a data e o horário limite definidos para abertura das propostas de preços.

4.2 - Como requisito para a participação neste Pregão Eletrônico, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento das condições contidas no edital e em seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

4.3 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances e sua proposta, conforme estabelece o inciso III do art. 13 do Decreto n.º 5.450/2005.

4.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme estabelece o inciso IV do art. 13 do Decreto n.º 5.450/2005.

4.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará o licitante às sanções previstas, conforme disposto no parágrafo terceiro do art. 21 do Decreto n.º 5.450/2005.



4.6 - Nos valores propostos deverão estar todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, contribuições sociais, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas com transporte ou terceiros, seguros, quaisquer taxas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital, bem como quaisquer vantagens ou lucro a ser obtido pela empresa.

4.7 - A quantidade cotada não poderá ser inferior a mínima estipulada.

4.8 - Fica vedado o acréscimo dos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 - A partir das **14h** do dia **28/11/2017** terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 082/2017**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas de acordo com o Decreto nº 5.450/2005.

6 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3 - Só serão aceitos os lances em reais cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido ofertado pelo mesmo licitante e registrado pelo sistema.

6.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.5.1 - O(A) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.2 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes, na forma do estabelecido no art. 24, § 11, do Decreto n.º 5.450/05.

6.6 - A sessão do Pregão terá início após a análise das propostas e da confirmação de abertura, no sistema eletrônico, pelo(a) Pregoeiro(a). A etapa de lances será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 - O critério para o julgamento das propostas será o de **menor preço por item**.



7.2 - Após o encerramento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do lance de MENOR PREÇO POR ITEM, quanto ao objeto e ao valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.3 - O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

7.4 - O licitante melhor colocado deverá enviar, via Sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos” – no prazo de **2 (duas) horas**, sua proposta com o valor final praticado na sessão em conformidade com o Anexo C do Edital, **assinada pelo representante da empresa**, contadas da solicitação feita pelo(a) Pregoeiro(a), no chat de mensagens e/ou por e-mail, sob pena de desclassificação e incidência das penalidades previstas no Título 12 deste Edital.

7.4.1 - Juntamente à proposta, deverão ser anexados:

7.4.1.1 - **Catálogo / ficha técnica / folder e laudos** que comprovem o atendimento da qualidade mínima dos materiais ofertados, bem como às características / composições determinadas no Anexo A do edital.

7.4.1.2 – Para os **itens 2, 3, 4 e 5: laudo de determinação da estabilidade, da resistência e da durabilidade**, conforme norma ABNT NBR 13962:2006, emitido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT ou por outras entidades, públicas ou privadas, que sejam acreditadas e tenham inquestionável reputação profissional. Requisitos mínimos: dimensões (item 4.2 da Norma), segurança e usabilidade (item 4.4 da Norma), ensaios de estabilidade (item 6.2 da Norma), ensaios de resistência e durabilidade (item 6.3 da Norma).

7.4.1.3 – Para os **itens 2, 3, 4 e 5: Certificado** de Conformidade do Produto emitido pela ABNT Certificadora, conforme norma ABNT NBR 13962:2006.

7.4.1.4 – Para os **itens 1 a 6: laudo de determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas**, conforme norma ABNT NBR 10443:2008, emitido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT ou por outras entidades, públicas ou privadas, que sejam acreditadas e tenham inquestionável reputação profissional.

7.4.1.5 – Para os **itens 1 a 6: laudo de determinação da aderência da película**, conforme norma ABNT NBR 11003:2009 Versão Corrigida:2010, emitido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT ou por outras entidades, públicas ou privadas, que sejam acreditadas e tenham inquestionável reputação profissional.

7.4.1.6 – Para os **itens 2 a 6: laudo de determinação da resiliência da espuma flexível de poliuretano**, conforme norma ABNT NBR 8619:2003, emitido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT ou por outras entidades, públicas ou privadas, que sejam acreditadas e tenham inquestionável reputação profissional.

7.4.1.7 – Para os **itens 1 a 5: comprovação de conformidade com a Norma Regulamentadora NR 17 – ERGONOMIA** do Ministério do Trabalho e Emprego, através de parecer técnico assinado por engenheiro do trabalho e/ou ergonomista, devidamente regulamentados.

7.4.1.8 – Para os **itens 2 a 6: laudo de determinação da densidade da espuma flexível de poliuretano**, conforme norma ABNT NBR 8537:2003, emitido pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT ou por outras entidades, públicas ou privadas, que



sejam acreditadas e tenham inquestionável reputação profissional. O resultado deverá estampar a densidade aparente de, no mínimo, 45 Kg/m³.

7.4.1.9 - Para os **itens 2 a 6**: Comprovação da **certificação florestal** válida do fabricante dos **materiais acabados** (referência: FSC, Cerflor).

7.4.1.10- Declaração, na forma do Anexo D, de cumprimento à Resolução nº 7 do CNJ, de 18/10/2005.

7.4.2 - Comprovada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta "convocar anexo" do Comprasnet, a critério do(a) Pregoeiro(a), poderá ser utilizado, para encaminhamento de documentos, o endereço eletrônico licita@trtsp.jus.br.

7.4.3 - Verificada a proposta, a empresa de melhor lance deverá encaminhar **amostra** dos materiais, em sua embalagem original, para apreciação preliminar da Coordenadoria de Material e Patrimônio, devendo as mesmas serem entregues, mediante agendamento prévio pelo telefone (11) 3525-9245 com o Sr. Mauro ou responsável pela Seção de Almoxarifado e Expedição. O local de entrega será na Rua Pe. Luiz Alves de Siqueira, 640, Barra Funda - São Paulo/SP, CEP: 01137-040, nos dias úteis, no horário das 8h às 15h, em até **48 (quarenta e oito) horas** (exceto sábados, domingos e feriados) contadas da solicitação do(a) Pregoeiro(a), conforme abaixo:

- a) **Para todos os itens (1 a 6)**: amostra de revestimento de couro ecológico de, no mínimo, 0,9 mm e peso mínimo de 680g/m², de alta resistência ao esgarçamento e à tração, cor cinza, similar ao padrão existente no Tribunal (referência: Pantone 432C), medindo aproximadamente 0,30 x 0,30 m;
- b) **Para o item 1**: uma unidade de amostra da Cadeira Empilhável, idêntica à descrição do material;
- c) **Para os itens 2 e 3**: uma unidade de amostra da Cadeira de Reunião, idêntica à descrição do material;
- d) **Para os itens 4 e 5**: uma unidade de amostra da Poltrona de Diálogo, idêntica à descrição do material;
- e) **Para o item 6**: uma unidade de amostra da Banqueta, idêntica à descrição do material.

7.4.3.1 - As amostras **aprovadas** ficarão retidas pelo Tribunal até a conclusão total das entregas devendo, a partir dessa data e no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, ser retiradas pelos fornecedores, sob pena de perdimento dos bens em favor deste Tribunal. Local de retirada: Seção de Almoxarifado e Expedição, situada na Rua Pe. Luiz Alves de Siqueira, 640, Cep: 01137-040, Barra Funda, São Paulo/SP.

7.4.3.2 - O licitante deverá retirar sua amostra **reprovada** na Seção de Almoxarifado e Expedição, situada na Rua Pe. Luiz Alves de Siqueira, 640, Cep: 01137-040 - Barra Funda – São Paulo-SP, no prazo improrrogável máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da cientificação da reprovação pelo Pregoeiro no Comprasnet, sob pena de perdimento do bem em favor deste Tribunal.

7.4.3.3 - Não haverá, em nenhuma hipótese, qualquer outra comunicação da obrigação destas retiradas aos licitantes.



7.5 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.5.1 - Neste caso, a empresa de melhor lance deverá anexar **em até 2 (duas) horas contadas do pedido do(a) Pregoeiro(a)** a proposta de acordo com o item 7.4 e toda a documentação disposta em seus subitens, respeitando inclusive, o prazo estipulado para a apresentação de **amostras**.

7.6 - Nas situações previstas nos itens 7.2 e 7.5, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o licitante, para que seja obtido preço melhor.

7.6.1 - A pedido do(a) Pregoeiro(a), o licitante vencedor deverá readequar sua proposta para que os valores unitários e totais possam ser expressos com duas casas decimais e em conformidade com o lance vencedor.

7.7 - Serão desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo com as condições previstas neste Pregão Eletrônico, bem como aquelas que se manifestarem inexecutáveis, nos termos do art. 48 da Lei n.º 8.666/93.

7.8 - Durante o período de análise das propostas só serão permitidos questionamentos pelo *e-mail* licita@trtsp.jus.br.

7.9 - O prazo de **validade da proposta** será de **60 (sessenta) dias** contados da data em que a proposta for anexada no Comprasnet.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - Após a aceitação de sua proposta, o licitante deverá enviar sua documentação de habilitação, via Sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos”, no prazo de **2 (duas) horas**, contadas da solicitação do(a) Pregoeiro(a), no chat de mensagens e/ou por e-mail, sob pena de inabilitação e incidência das penalidades previstas no Título 12 deste Edital. Será habilitada a empresa que:

8.1.1 - Possuir declaração de situação emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF constando **NÍVEIS VALIDADOS I, II, III, IV, e seus respectivos DOCUMENTOS COM PRAZOS VIGENTES**.

8.1.1.1 - O(A) Pregoeiro(a) realizará consulta *online* nos sítios eletrônicos correspondentes quando verificado que os níveis I, II, III ou IV encontram-se vencidos no SICAF, a fim de validá-lo. Caso a validação eletrônica não seja possível, o licitante deverá encaminhar o documento original ou cópia autenticada no prazo previsto no subitem 8.3 deste edital.

8.1.2 - Não constar do **Banco Nacional de Devedores Trabalhistas**, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

8.1.3 - Firmar declaração de **cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** em campo próprio do sistema eletrônico, em que declare, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.



8.2 - Quanto ao cumprimento aos dispostos nos subitens 8.1.1 a 8.1.3, a habilitação do licitante vencedor será verificada *online*.

8.3 - Qualquer documentação emitida por terceiros **deverá ser encaminhada imediatamente após solicitação do(a) Pregoeiro(a)** via sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocar anexos”, com encaminhamento do original ou da cópia autenticada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para o endereço abaixo:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
"PREGÃO ELETRÔNICO N.º 082/2017" - DOCUMENTAÇÃO
AVENIDA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, N.º 121 - BLOCO A - 7º ANDAR
BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP: 01139-001

8.4 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste edital e em seus anexos.

8.5 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o licitante vencedor.

8.6 - Da sessão pública do Pregão, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame licitatório, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no inciso XII do art. 30 do Decreto n.º 5.450/2005.

8.7 - O licitante deverá manter a situação apresentada, quando de sua habilitação, até o término da contratação, sujeitando-se às sanções correspondentes.

9 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório de Pregão, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licita@trtsp.jus.br, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

9.2 - Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela Seção responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.3 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - É admissível a manifestação de intenção de interposição de recurso contra alguma decisão do(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, realizada **exclusivamente** no âmbito do sistema eletrônico, devendo o licitante registrar os motivos de sua manifestação no campo denominado REGISTRAR RECURSO.

10.1.1 - Não será aceita intenção de recurso ou manifestação de recurso fora do sistema Comprasnet.

10.2 - Após o encerramento da sessão pública, será concedido ao licitante que manifestou a intenção de interpor recurso o prazo de 3 (três) dias para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais



licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

10.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Coordenadoria de Compras e Licitações, Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, 7º Andar, Barra Funda, São Paulo/SP, Telefone (11) 3150-2000 ramal 2804.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a) sempre que não houver recurso (inciso IX do art. 11 do Decreto n.º 5.450/05).

11.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) Pregoeiro(a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente (inciso V do art. 8º e art. 27 do Decreto n.º 5.450/05).

11.3 - Após a homologação da licitação, serão incluídos, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Mediante procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, as empresas estarão sujeitas à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e serão descredenciadas no SICAF por até 5 (cinco) anos quando:

12.1.1 - Na fase de aceitação das propostas, após convocação, deixarem de enviar a proposta, quaisquer documentos comprobatórios das exigências editalícias ou amostra;

12.1.2 - Houver recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido;

12.1.3 - Comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude.

12.2 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso e quaisquer outras irregularidades não justificadas, a unidade fiscalizadora informará a gravidade da infração, sugerindo a aplicação ao contratado, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, das seguintes penalidades:

12.2.1 - Advertência;

12.2.2 - Multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor do item empenhado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações que envolvam a observância de prazos. Após o prazo de 15 (quinze) dias de atraso, sem motivo justificado, o empenho e o registro do fornecedor poderão, a critério do Órgão, ser cancelados, e aplicada cumulativamente a multa rescisória;

12.2.3 - Multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total dos empenhos recebidos pelo fornecedor, por fato que importe inexecução não relacionada a descumprimento de prazos ou que não enseje rescisão da contratação;



12.2.4 - Multa rescisória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total dos empenhos recebidos pelo fornecedor pela inexecução total ou parcial da obrigação, conforme teor do inciso II do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, além da anulação do saldo de empenho; sem prejuízo do cancelamento do registro do fornecedor.

12.3 - A sanção de impedimento do direito de licitar ou contratar com a União poderá ser aplicada ao adjudicatário juntamente à de multa. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais.

12.4 - As multas previstas neste edital, se aplicadas, poderão ser descontadas dos pagamentos a que porventura o adjudicatário tenha direito.

12.5 - Caso, inexistentes pagamentos, o adjudicatário deverá recolher as multas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento da notificação, através de GRU – Guia de Recolhimento da União, apresentando o comprovante a este Tribunal, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

12.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

13 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Após a homologação da licitação, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado por escrito para, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação, retirar e devolver a Ata de Registro de Preços devidamente assinada por representante legal da empresa, com firma reconhecida em Cartório, na forma da minuta anexa a este edital, adaptada à proposta vencedora e o registro de preços observará:

13.1.1 - A pessoa autorizada pelo adjudicatário a proceder à assinatura da Ata deverá obrigatoriamente apresentar, no ato, cópia autenticada da cédula de identidade e do Contrato Social ou documentos equivalentes. Caso o representante não seja sócio administrador ou proprietário, deverá apresentar, também, a procuração autenticada outorgada pela empresa.

13.1.2 - Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei 8.666/93.

13.2 - O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito e ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

13.3 - A recusa injustificada do(s) licitante(s) classificado(s) em assinar(em) a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o(s) às penalidades legalmente estabelecidas.

13.4 - A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir.

13.5 - Caso o fornecedor registrado alegue, antes do recebimento da Nota de Empenho, motivo superveniente que torne o preço de mercado superior ao preço registrado e que o impeça de cumprir o



compromisso assumido, comprovando por todos os meios hábeis as causas que ensejaram o desequilíbrio, o Órgão Gerenciador convocará, obedecida a ordem de classificação original, os fornecedores constantes no Cadastro de Reserva para contratarem pelo PREÇO INICIALMENTE REGISTRADO.

13.5.1 - Não havendo fornecedores incluídos no Cadastro de Reserva que assumam a contratação, estes serão liberados do compromisso sem aplicação de penalidade, e os preços inicialmente registrados poderão ser revistos.

13.5.2 - Não logrando êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14 - DA VIGÊNCIA

14.1 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

15 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

15.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado por determinação do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado, ou
- d) Sofrer sanção prevista nos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

15.1.1 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas letras a, b e d será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.1.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- 15.1.2.1 - por razão de interesse público; ou
- 15.1.2.2 - a pedido do fornecedor.

16 - DO PEDIDO

16.1 - O pedido de fornecimento, em quantidade não inferior ao pedido mínimo estipulado no Anexo A - Especificação do Objeto, será efetuado mediante a comunicação formal.

16.1.1 - Caso se configure a situação disposta no item 2.3 deste instrumento, referente à cota para participação exclusiva de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, a Administração dará prioridade para aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que esta seja inadequada para atender às quantidades ou às condições do pedido, justificadamente.



17- DO CONTRATO

17.1 - Fica dispensado o Termo de Contrato, em conformidade com o § 4º do art. 62 da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, passando a ter força de contrato a Nota de Empenho observadas as especificações deste edital, de seus anexos e da Proposta de Preços do adjudicatário.

18 - DA ENTREGA

18.1 - O objeto deverá ser entregue no prazo máximo de **20 (vinte) dias** a contar do recebimento, pelo contratado, da Nota de Empenho.

18.1.1 - A entrega com atraso sujeitará ao contratado à multa moratória prevista no Título 12. A área requisitante se reserva o direito de recusar o recebimento quando o atraso for superior a 15 (quinze) dias, caso em que o contratado poderá incorrer na multa rescisória prevista no Título 12.

18.1.2 - Serão sumariamente indeferidos quaisquer pedidos de dilação de prazo, exceto nos casos previstos em lei devidamente justificados e documentados.

18.1.3 - No ato da entrega dos materiais, deverá ser entregue o Termo de Garantia de Fornecedor, conforme Anexo A.I.

18.2 - A entrega deverá ser **agendada**, SOB PENA DE NÃO RECEBIMENTO, com, **no mínimo, 48 horas de antecedência**, pelo telefone (11) 3525-9249, com Sr. Leonel ou responsável pela Seção de Almoxarifado e Expedição.

18.3 – O local de entrega será na **Seção de Almoxarifado e Expedição**, situado na Rua Pe. Luiz Alves de Siqueira, 640, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP: 01137-040, nos dias úteis, no horário das 8h às 15h, que fará o seu recebimento provisório para fins de conferência.

18.4 - Os materiais deverão ser entregues total e devidamente montados, em condições de uso, embalados individualmente, protegidos por plástico de forma a evitar o empoeiramento, bem como, no mínimo, em caixas de papelão resistente de forma que permita o empilhamento mínimo de 4 (quatro) unidades na altura. A descarga do material é de responsabilidade do fornecedor, pois o Tribunal NÃO dispõe de empilhadeira.

18.5 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

18.5.1 - **provisoriamente**, após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação, sendo conferida tão somente a quantidade de volumes descritos na Nota Fiscal;

18.5.2 - **definitivamente**, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, após vistoria, feita por amostragem, que comprove a adequação do objeto aos termos contratados. Qualquer dano, defeito, vício, oculto ou aparente, de qualidade ou quantidade, verificado posteriormente, será considerado como se garantia fosse.

18.6 - O adjudicatário compromete-se a regularizar situação, que porventura ocorra, quanto à substituição, troca ou reposição do objeto entregue com incorreção ou em desacordo com as especificações pactuadas, **sem ônus ao Órgão**.

18.6.1 - Caso os materiais efetivamente entregues não correspondam à qualidade exigida ou não atendam aos itens constantes deste edital, sendo perfeitamente **visível** a desconformidade sem a necessidade de ensaio laboratorial, os mesmos serão **recusados** e deverão ser substituídos.



18.6.2 - A entrega do correto objeto deverá ser realizada no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** contados do recebimento da notificação, para posterior retirada daquele entregue erroneamente.

18.6.3 - Este caso limita-se a 1 (uma) oportunidade. A **segunda recusa** implicará em possíveis penalidades editalícias.

18.7 - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos deste edital e de seus anexos.

18.8 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após notificação por escrito do contratado, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

19 - DA FISCALIZAÇÃO

19.1 - A fiscalização realizará o acompanhamento das entregas, avaliação dos materiais, das ocorrências e a gravidade de eventuais infrações e as informará à Coordenadoria de Compras e Licitações para o processamento das penalidades.

19.2 - Não obstante o fornecedor seja o único e exclusivo responsável pela execução do objeto, o Tribunal reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre as entregas.

19.3 - A fiscalização do Tribunal poderá suspender qualquer fornecimento no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas, de seus equipamentos, de seu patrimônio ou de terceiros.

19.4 - A suspensão do fornecimento, motivada por condição de insegurança, na qual se verifique a inobservância, pelo contratado, das normas vigentes e demais disposições da presente contratação, não o eximirá da incidência de multas por atraso e demais penalidades previstas no instrumento convocatório.

20 - DO PAGAMENTO

20.1 - O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento definitivo dos produtos, mediante o recebimento da respectiva Nota Fiscal Eletrônica certificada pela fiscalização do Órgão.

20.2 - Quando do pagamento a ser efetuado, o adjudicatário deverá comprovar sua Regularidade Fiscal Federal no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, FGTS, INSS e CNDT).

20.2.1 - Em caso de irregularidade fiscal haverá suspensão do prazo de pagamento e o contratado será notificado para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.

20.3 - O pagamento será creditado em favor do contratado por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

20.3.1 - O Órgão poderá efetuar o pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras, desde que o valor seja líquido, já descontada a retenção na fonte prevista neste Título.

20.4 - Sobre o valor faturado, será retido na fonte o correspondente ao Imposto sobre a Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a



contribuição para o PIS/PASEP, conforme o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, com as alterações.

20.5 - As microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas ou não no regime tributário do Simples Nacional, receberão tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012.

20.6 - A empresa optante pelo regime do Simples Nacional, deverá encaminhar, anexa à primeira Nota Fiscal Eletrônica, para fins de comprovação da manutenção de sua situação jurídica, a declaração constante do Anexo IV daquela Instrução Normativa, em duas vias, assinadas pelo representante legal.

20.7 - Caso a empresa vencedora do certame, optante pelo Simples Nacional, não apresente a declaração indicada na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012 ou a envie em desacordo com o seu Anexo IV, sofrerá retenção na fonte do correspondente ao Imposto sobre a Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e contribuição para o PIS/PASEP, conforme o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, com as alterações e demais encargos legais.

20.8 - Sob pena de aplicação das penalidades legais, a empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá, em caso de alteração desta condição, comunicar imediatamente ao Órgão.

20.9 - Considera-se como data do efetivo pagamento o dia em que for emitida a competente Ordem Bancária em favor da contratada.

20.10 - Quando legalmente exigido, o Órgão fará a retenção na fonte e o respectivo recolhimento de outros tributos e contribuições.

21 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Órgão Gerenciador na Lei Orçamentária nº 13.414, de 10/01/2017, publicada no D.O.U. em 11/01/2017, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0571.4256.0035, naturezas de despesa 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e, nos exercícios subsequentes, à conta da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - As empresas participantes deverão manter atualizados seu endereço, *e-mail* e número telefônico junto ao SICAF, a partir da data definida para sessão de abertura das propostas de preços. A impossibilidade de contato sujeitará a empresa às penalidades constantes no Título 12.

22.2 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

22.3 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

22.4 - Toda comunicação oficial ocorrerá, preferencialmente, por *e-mail* ou por publicação, nos termos da legislação.



22.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao procedimento licitatório deverão ser enviados **em até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licita@trtsp.jus.br, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a).

22.6 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da adjudicação.

22.7 - É facultado ao(à) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo, desde a realização da sessão pública.

22.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e se incluirá o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Órgão.

22.9 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.10 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

22.11 - Aplicar-se-ão durante a realização do certame, até a identificação do licitante vencedor, as disposições contidas nos artigos 42 a 45 e 3º a 5º, respectivamente, da Lei Complementar n.º 123/06 e do Decreto n.º 6.204/07.

22.12 - A empresa deverá atentar para a Resolução n.º 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça e suas alterações.

22.13 - Havendo discrepância entre disposições do edital e de seus anexos, quanto à disciplina de situações idênticas, prevalecerão as do edital.

23 - DO FORO

23.1 - O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

São Paulo, 10 de novembro de 2017.

Aquiles José Malvezzi
Diretor da Secretaria de Processamento e
Acompanhamento de Contratos e Licitações



ANEXO A

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

OBJETO: Registro de preços para aquisição de cadeiras empilháveis, cadeiras de reunião, poltronas de diálogo e banquetas para copa.

Item	Descrição	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Registrada
1	Cadeira empilhável , nome cadeira empilhavel, características adicionais tipo II fixa, espaldar baixo, sem braços, cor cinza, demais especificações conforme abaixo (código interno: cell). (Item de participação exclusiva ME/EPP)	Unid.	25	200
2	Cadeira comum, nome cadeira comum, características adicionais tipo reunião , espaldar médio, braços fixos, cor cinza, demais especificações conforme abaixo (código interno: cr). (Item de participação aberta)	Unid.	7	141
3	Cadeira comum, nome cadeira comum, características adicionais tipo reunião , espaldar médio, braços fixos, cor cinza, demais especificações conforme abaixo (código interno: cr). (Cota para participação Exclusiva de ME/EPP, vinculada ao item 2)	Unid.	3	46
4	Poltrona, nome poltrona, características adicionais tipo diálogo , espaldar médio, sem braços, cor cinza, demais especificações conforme abaixo (código interno: pd). (Item de participação aberta)	Unid.	7	90
5	Poltrona, nome poltrona, características adicionais tipo diálogo , espaldar médio, sem braços, cor cinza, demais especificações conforme abaixo (código interno: pd). (Cota para participação Exclusiva de ME/EPP, vinculada ao item 4)	Unid.	3	29
6	Banqueta, material estrutura tubo aço, tipo assento fixo, material base assento madeira com espuma, acabamento estrutura cromado, característica assento circular acolchoado, revestimento assento corino, cor assento cinza médio, altura até o assento mínima 45cm, diâmetro mínimo assento 30cm, características adicionais estrutura tubular (ver abaixo a especificação completa). (Item de participação exclusiva ME/EPP)	Unid.	10	298

Especificações

Item 1 - CADEIRA FIXA EMPILHÁVEL, características adicionais tipo II (Cód.: CEII), espaldar baixo, sem braços, cor cinza, similar ao padrão existente no Tribunal (referência: Pantone 432C), características adicionais verificar exigências complementares às descrições do objeto:

Exigências complementares às descrições:

a) Assento: conformado em resina de polipropileno pigmentado injetado estrutural, moldado anatomicamente e de grande resistência mecânica. Com fixação direta à estrutura metálica: frontal: por sistema de fixação por ganchos do próprio assento sem utilização de parafusos; posterior: através de parafusos com rosca especial para plástico. Largura mínima: 470 mm – profundidade mínima: 480 mm – espessura mínima: 2,5 mm.



b) Encosto: conformado em resina de polipropileno pigmentado injetado estrutural, moldado anatomicamente e de grande resistência mecânica. Com fixação direta à estrutura metálica por sistema de fixação por engate sem utilização de parafusos. Largura mínima: 470 mm – altura mínima: 250 mm – espessura mínima: 2,5 mm.

c) Estrutura: fixa, tipo contínua, em tubo de aço curvado com diâmetro de, no mínimo, 14 mm x 1,90 mm de espessura, totalmente soldada por sistema MIG. Com acabamento em pintura eletrostática por processo totalmente automatizado em tinta em pó, COR CINZA, isenta de metais pesados, revestindo totalmente a estrutura com película de, no mínimo, 60 microns, e aderência Gr0, com propriedades de resistência a agentes químicos; pré-tratamento antiferruginoso isento de metais pesados, compostos orgânicos voláteis ou hidrocarbonetos aromáticos policíclicos e solventes. Suporte de encosto e laterais na mesma peça, sem emendas ou soldas. Laterais com formato de trapézio fechado (parte superior menor que a inferior).

d) Deslizadores: injetados em polipropileno de grande resistência.

Medidas Mínimas da Cadeira:

Assento: 470mm (larg) x 480mm (prof.)

Encosto: 470mm (larg) x 250mm (extensão vertical).

Itens 2 e 3 - CADEIRA GIRATÓRIA PARA REUNIÃO (CÓD.: CR), espaldar médio, com braços fixos, na cor CINZA similar ao padrão existente no Tribunal (referência: Pantone 432C), modelo similar aos existentes no Tribunal, com as seguintes características gerais:

1. - Assento: interno em compensado multilâminas de madeira (mínimo 7 lâminas de 1,5mm cada), com certificação florestal (referência: FSC, Cerflor), moldada anatomicamente a quente, com pressão de 10 kgf/cm² e espessura de 10,5 mm. Espuma injetada em poliuretano flexível HR, isento de CFC, resiliência à compressão entre 45 e 50% e alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, densidade de 50 a 55 Kg/m³, moldada anatomicamente apresentando Fator de Conforto mínimo 3,00 conforme ASTM D3574, com espessura mínima de 40 mm. Capa de proteção e acabamento injetada sob o assento em polipropileno texturizado com bordas arredondadas, sem utilização de perfil em PVC. Largura mínima: 490 mm – profundidade mínima: 460 mm.

2. Encosto: interno injetado em polipropileno com espessura mínima 2,4mm, com nervuras estruturais de reforço na parte posterior do encosto, cantos arredondados com raio mínimo de 70mm. Sistema de fixação ao suporte do encosto através de porcas garras M6. Espuma injetada em poliuretano flexível HR, isento de CFC, de alta resiliência e alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente, com saliência para apoio lombar, densidade de 45 a 50 Kg/m³, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 40 mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado com bordas arredondadas, sem utilização



de perfil em PVC, sistema de fixação por pressão sem utilização de parafusos. Largura mínima: 420 mm – extensão vertical mínima: 460 mm.

3. Revestimento: couro ecológico de, no mínimo, 0,9 mm e peso mínimo de 680g/m² de alta resistência ao esgarçamento e à tração.

4. Apóia braços: em polipropileno injetado. Formato levemente triangular.

5. Mecanismo: multifuncional com regulagens independentes do assento e encosto e com sistema individual de contato permanente para o encosto com bloqueio em qualquer posição ou livre flutuação.

- a) Corpo fabricado por processo robotizado de solda sistema MIG em chapa de aço estampada de 3 mm e encosto articulado em chapa de aço de 2 mm conformados por processo de estampagem progressiva.
- b) Corpo e encosto com acabamento em pintura eletrostática por processo totalmente automatizado em tinta em pó isenta de metais pesados, revestindo totalmente a estrutura com película de, no mínimo, 60 microns e aderência Gr0, com propriedades de resistência a agentes químicos; pré tratamento antiferruginoso isento de metais pesados, compostos orgânicos voláteis ou hidrocarbonetos aromáticos policíclicos e solventes.
- c) Assento com inclinação regulável com curso de – 5 graus a + 5 graus.
- d) Encosto com inclinação regulável com curso de – 19 graus para trás e + 13 graus para frente com bloqueio em qualquer posição e contato permanente na posição livre.
- e) Travamento do conjunto através de sistema tipo freio fricção de 8 lâminas, de comando por alavanca de ponta excêntrica, com dois estágios: 1º para encosto liberado e 2º para encosto travado, que permita a liberação e o bloqueio de forma simples com o mínimo esforço.
- f) Sistema de acoplamento à coluna de regulagem e à base através de cone morse.
- g) Contato permanente: com o assento bloqueado, o mecanismo disponibiliza o uso do sistema de livre flutuação, ou seja, encosto acompanha o corpo do usuário em seus movimentos dando apoio na região lombar.

6. Suporte do encosto: em chapa de aço estampada com, no mínimo, 6 mm de espessura, com nervura estrutural de reforço. Com regulagem de altura automática, sem uso de botão para acionamento, em, no mínimo, 10 posições, com um curso mínimo de 55 mm. Acabamento em pintura eletrostática por processo totalmente automatizado em tinta em pó isenta de metais pesados, revestindo totalmente a estrutura com película de, no mínimo, 60



mícrons e aderência Gr0, com propriedades de resistência a agentes químicos; pré tratamento antiferruginoso (desengraxe e processo de nanotecnologia utilizando fluorzircônio). Capa do suporte, para acabamento e proteção, injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas. Sistema de regulagem injetado em resina de engenharia poliamida (nylon 6) de alta resistência mecânica e durabilidade.

7. Coluna de regulagem: coluna de regulagem de altura por acionamento a gás com 125 mm de curso, fabricada em tubo de aço de 50 mm e 1,50 mm de espessura, com buchas guia para o pistão injetadas em resina de engenharia poliacetal de alta resistência, calibradas individualmente com precisão de 0,03 mm. Pistões a gás em conformidade com a Norma DIN 4550, classe 4. Acabamento em pintura eletrostática por processo totalmente automatizado em tinta em pó isenta de metais pesados, revestindo totalmente a estrutura com película de, no mínimo, 70 mícrons e aderência Gr0, com propriedades de resistência a agentes químicos; pré-tratamento antiferruginoso (desengraxe e processo de nanotecnologia utilizando fluorzircônio). Movimento de rotação da coluna sobre rolamento de esferas tratadas termicamente. Sistema de acoplamento ao mecanismo e à base através de cone morse.

8. Capa telescópica: de 3 elementos, injetada em polipropileno texturizado, que dá proteção à coluna central contra partículas de sujeira.

9. Base: com 5 patas injetadas em resina de engenharia poliamida (nylon 6) com aditivo anti-ultravioleta, modificador de impacto e fibra de vidro de alta resistência mecânica e resistência à abrasão de calçados e produtos químicos. Sistema de acoplamento à coluna central através de cone morse. Alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11mm, dispensando o uso de buchas de fixação.

10. Rodízios: rodízios duplos tipo "W" com rodas de 50 mm de diâmetro injetados em resina de engenharia poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta e modificador de impacto, revestidos por material flexível que apresentem banda de rodagem macia em poliuretano. Eixo horizontal de 8 mm de diâmetro e vertical de 11 mm de diâmetro em aço trefilado 1010/1020. Anel elástico em aço para acoplamento à base.

Medidas Mínimas da Cadeira:

Assento: 490mm (larg) x 460mm (prof.)

Encosto: 420mm (larg) x 460mm (extensão vertical)

Itens 4 e 5 - POLTRONA FIXA DE DIÁLOGO (CÓD.:PD), espaldar alto, sem braços, na cor CINZA similar ao padrão existente no Tribunal (referência: Pantone 432C), modelo similar aos existentes no Tribunal, com as seguintes características gerais:

1. Assento: interno em compensado multilâminas de madeira (mínimo 7 lâminas de 1,5mm cada), com certificação florestal (referência: FSC, Cerflor), moldada anatomicamente a quente, com pressão de 10 kgf/cm² e espessura de 10,5 mm. Espuma injetada em poliuretano flexível HR, isento de CFC, resiliência à compressão entre 45 e 50% e alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa



deformação permanente, densidade de 50 a 55 Kg/m³, moldada anatomicamente apresentando Fator de Conforto mínimo 3,00 conforme ASTM D3574, com espessura mínima de 40 mm. Capa de proteção e acabamento injetada sob o assento em polipropileno texturizado com bordas arredondadas, sem utilização de perfil em PVC. Largura mínima: 490 mm – profundidade mínima: 460 mm.

2. **Encosto:** totalmente em espuma injetada. Com interno em compensado multilâminas de madeira (mínimo 7 lâminas de 1,5mm cada), com certificação florestal (referência: FSC, Cerflor), moldada anatomicamente a quente, com pressão de 10 kgf/cm² e espessura de 10,5 mm. Formato anatômico; com saliência para apoio lombar e espessura de 40mm. Largura mínima 460mm e extensão vertical mínima 520 mm. Totalmente revestido, sem utilização de capa plástica de proteção.

3. **Revestimento:** couro ecológico de, no mínimo, 0,9 mm e peso mínimo de 680g/m² de alta resistência ao esgarçamento e à tração.

4. **Estrutura:** fixa contínua em tubo de aço. Sapatas envolventes e fixas injetadas em polipropileno. Tubo □1". Acabamento em pintura eletrostática por processo totalmente automatizado em tinta em pó isenta de metais pesados, revestindo totalmente a estrutura com película de, no mínimo, 60 microns e aderência Gr0, com propriedades de resistência a agentes químicos; pré tratamento antiferruginoso isento de metais pesados, compostos orgânicos voláteis ou hidrocarbonetos aromáticos policíclicos e solventes.

Medidas Mínimas da Cadeira:

Assento: 490mm (larg) x 460mm (prof.)

Encosto: 460mm (larg) x 520mm (extensão vertical)

Item 6 - BANQUETA, material estrutura tubo aço, tipo assento fixo, material base assento madeira com espuma, acabamento estrutura cromado, característica assento circular acolchoado, revestimento assento corino, cor assento cinza médio, altura até o assento mínima 45cm, diâmetro mínimo assento 30cm, características adicionais estrutura tubular verificar exigências complementares às descrições do objeto:

Exigências complementares às descrições:

a) Fornecimento de banquetas com assento em formato circular, estrutura interna em madeira com certificação florestal (referência: FSC, Cerflor), com revestimento em espuma com espessura de aproximadamente 40mm. Revestimento inferior com material de qualidade similar ou superior ao TNT. Diâmetro mínimo: 300 mm.

b) O revestimento deverá ser totalmente em corino de alta resistência ao esgarçamento e alta resistência à tração. Totalmente revestido, sem utilização de capa plástica. Cor cinza médio, conforme padrão do Tribunal.

c) Estrutura: estrutura tubular em aço carbono, com acabamento cromado, composta por quatro tubos em aço na base e um tubo em aço na parte traseira, em formato de



U, formando o encosto, com pés injetados em nylon, e dois aros tubulares em aço para união e reforço dos pés e fixação e acabamento do assento. Altura mínima até o assento da banquetta: 450 mm.

- Observações relevantes:

1. Por se tratar de complementação de mobiliário, **a cor do revestimento das cadeiras e banquetas deverá ser no mesmo padrão existente no Tribunal (referência: Pantone 432C).**

2. Todos os produtos ofertados deverão estar em conformidade, no que couber, com as normas ABNT NBR 8537:2003, 8619:2003, 13962:2006, 10443:2008, 11003:2009 Versão Corrigida:2010 e 16031:2012 da ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, bem como Norma Regulamentadora NR 17 – ERGONOMIA do Ministério do Trabalho e Emprego.

3. Não serão aceitas, sob quaisquer pretextos, cadeiras, poltronas e banquetas que não atendam aos requisitos pré-estabelecidos. Assim, as empresas que ofertarem o material deverão estar cientes das especificações requeridas. A oferta de materiais em desacordo com os solicitados implicará em possíveis penalidades editalícias.

4. Os componentes metálicos de todos os materiais, **onde não houver discriminação**, deverão ser totalmente revestidos com pintura eletrostática por processo totalmente automatizado em tinta em pó isenta de metais pesados, cor preta, revestindo totalmente a estrutura com película de, no mínimo, 60 microns, com propriedades de resistência a agentes químicos; pré tratamento antiferruginoso isento de metais pesados, compostos orgânicos voláteis ou hidrocarbonetos aromáticos policíclicos e solventes.



ANEXO A.I

TERMO DE GARANTIA DO FORNECEDOR – PG-082/2017

OBJETO: Registro de preços para aquisição de cadeiras empilháveis, cadeiras de reunião, poltronas de diálogo e banquetas para copa.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, compromete-se a prestar garantia durante o prazo de **5 (cinco) anos** contados da data do recebimento definitivo dos materiais fornecidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

A garantia deverá ser prestada nos casos de defeitos/danos/vícios dos materiais e estes deverão ser reparados ou substituídos pelo fornecedor, às suas expensas, no total ou em parte, em prazo não superior a **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do envio de *e-mail* correspondente, sob pena de aplicação de multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor do item empenhado, por dia de atraso, com registro no SICAF, e perdimento dos bens em favor deste Regional, que dará a eles o destino que melhor lhe aprouver.

A retirada e a entrega do material, no período de garantia, deverá ocorrer na Seção de Almoxarifado e Expedição, situada na Rua Pe. Luiz Alves de Siqueira, 640, Barra Funda São Paulo/SP, CEP: 01137-040.

A multa pelo descumprimento da garantia deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir do recebimento da notificação, por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, apresentando o respectivo comprovante, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

São Paulo, ____ de ____ de 2017.

(carimbo)

(assinatura do representante legal com firma reconhecida em Cartório)

(empresa)

OBS: Este termo deverá ser entregue junto à Nota Fiscal, conforme item 18.1.3 do instrumento convocatório.



ANEXO B

MINUTA DA ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2017 – PG-082/2017

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, Órgão do Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, C.N.P.J. n.º 03.241.738/0001-39, com sede na Rua da Consolação n.º 1.272, São Paulo/SP, representado neste ato por sua Desembargadora Presidente, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico n.º 082/2017** para Registro de Preços, Ata de julgamento de Preços, divulgada no Comprasnet e devidamente homologada, RESOLVE registrar os preços do objeto do pregão acima citado, conforme abaixo:

Item	Descrição	Qtde. Mínima	Qtde. Registrada	Preço Unitário
1	Cadeira empilhável , nome cadeira empilhavel, características adicionais tipo II fixa, espaldar baixo, sem braços, cor cinza, demais especificações conforme Anexo A (código interno: cell). (Item de participação exclusiva ME/EPP) Marca: _____ Referência: _____	25	200	
2	Cadeira comum, nome cadeira comum, características adicionais tipo reunião , espaldar médio, braços fixos, cor cinza, demais especificações conforme Anexo A (código interno: cr). (Item de participação aberta) Marca: _____ Referência: _____	7	141	
3	Cadeira comum, nome cadeira comum, características adicionais tipo reunião , espaldar médio, braços fixos, cor cinza, demais especificações conforme Anexo A (código interno: cr). (Cota de participação Exclusiva ME/EPP, vinculada ao item 2) Marca: _____ Referência: _____	3	46	
4	Poltrona, nome poltrona, características adicionais tipo diálogo , espaldar médio, sem braços, cor cinza, demais especificações conforme Anexo A (código interno: pd). (Item de participação aberta) Marca: _____ Referência: _____	7	90	
5	Poltrona, nome poltrona, características adicionais tipo diálogo , espaldar médio, sem braços, cor cinza, demais especificações conforme Anexo A (código interno: pd). (Cota de participação Exclusiva ME/EPP, vinculada ao item 4) Marca: _____ Referência: _____	3	29	
6	Banqueta, material estrutura tubo aço, tipo assento fixo, material base assento madeira com espuma, acabamento estrutura cromado, característica assento circular acolchoado, revestimento assento corino, cor assento cinza médio, altura até o assento mínima 45cm, diâmetro mínimo assento 30cm, características adicionais estrutura tubular, demais especificações conforme Anexo A. (Item de participação exclusiva ME/EPP) Marca: _____ Referência: _____	10	298	
Registrado: CNPJ: Endereço: Representante Legal:				

Este instrumento não obriga o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdades de condições. O presente registro de preços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Diário Oficial da União. A assinatura da presente ata implicará plena aceitação, por parte do fornecedor, das condições estabelecidas no Edital de licitação e seus Anexos. A



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Coordenadoria de Compras e Licitações
Seção de Licitações

Pregão Eletrônico nº 082/2017

presente ata será publicada em forma de extrato no Diário Oficial da União. Qualquer alteração na presente ata somente poderá ser realizada mediante termo aditivo formalizado entre as partes. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

São Paulo, de de 2017

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 2ª REGIÃO

RAZÃO SOCIAL
REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO C

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Pregão nº 082/2017 - Eletrônico

Razão Social: _____ **Dados Bancários**
CNPJ: _____ **Banco:** _____
Endereço: _____ **Agência:** _____
Contato: _____ **C/C:** _____
Tel.: _____ **Fax:** _____ **Cel.:** _____ **e-mail:** _____
OPTANTE DO SIMPLES: () SIM () NÃO

OBJETO: Registro de preços para aquisição de cadeiras empilháveis, cadeiras de reunião, poltronas de diálogo e banquetas para copa.

Item	Descrição	Unid.	Qtde. Registrada	Preço Unitário
1	Cadeira empilhável , nome cadeira empilhavel, características adicionais tipo II fixa, espaldar baixo, sem braços, cor cinza, demais especificações conforme Anexo A (código interno: cell). (Item de participação exclusiva ME/EPP) Marca: _____ Referência: _____	Unid.	200	
2	Cadeira comum, nome cadeira comum, características adicionais tipo reunião , espaldar médio, braços fixos, cor cinza, demais especificações conforme Anexo A (código interno: cr). (Item de participação aberta) Marca: _____ Referência: _____	Unid.	141	
3	Cadeira comum, nome cadeira comum, características adicionais tipo reunião , espaldar médio, braços fixos, cor cinza, demais especificações conforme Anexo A (código interno: cr). (Cota de participação Exclusiva ME/EPP, vinculada ao item 2) Marca: _____ Referência: _____	Unid.	46	
4	Poltrona, nome poltrona, características adicionais tipo diálogo , espaldar médio, sem braços, cor cinza, demais especificações conforme Anexo A (código interno: pd). (Item de participação aberta) Marca: _____ Referência: _____	Unid.	90	
5	Poltrona, nome poltrona, características adicionais tipo diálogo , espaldar médio, sem braços, cor cinza, demais especificações conforme Anexo A (código interno: pd). (Cota de participação Exclusiva ME/EPP, vinculada ao item 4) Marca: _____ Referência: _____	Unid	29	
6	Banqueta, material estrutura tubo aço, tipo assento fixo, material base assento madeira com espuma, acabamento estrutura cromado, característica assento circular acolchoado, revestimento assento corino, cor assento cinza médio, altura até o assento mínima 45cm, diâmetro mínimo assento 30cm, características adicionais estrutura tubular, demais especificações conforme Anexo A. (Item de participação exclusiva ME/EPP) Marca: _____ Referência: _____	Unid	298	

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data em que a proposta for anexada no Comprasnet.

São Paulo, _____ de _____ de 2017.

(Representante da Empresa)



ANEXO D

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 7 DO CNJ, DE 18/10/2005
Pregão Eletrônico nº 082/2017

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr (a) _____, Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores investidos em cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, pertencentes ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

São Paulo, ____ de _____ de 2017.

(Representante da Empresa)